#### CARTA ABERTA DOS SERVIDORES DO TESOURO NACIONAL

Os Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional - STN vêm manifestar seu profundo descontentamento e preocupação diante da proposta de reestruturação da carreira no contexto de reforma administrativa encampada pelo Ministério da Gestão e Inovação – MGI.

Diante do impasse em que nos encontramos há vários meses e da falta de compreensão do MGI quanto à relevância e verdadeira complexidade das atribuições da carreira, solicitamos ao Exmo. Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e ao Sr. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que levem o assunto ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para que o MGI nos apresente uma proposta que seja condizente com a carreira e com as respectivas instituições.

A atual proposta do MGI pretende ancorar a **Carreira Federal de Finanças e Controle** em patamar inferior ao de outras carreiras que detém o mesmo nível de atribuições, complexidades, riscos e responsabilidades, por meio da imposição de tabela remuneratória padronizada que rebaixa o salário inicial e **enquadra os níveis finais aos níveis remuneratórios iniciais de outras carreiras** fazendárias.

Tal proposta, rejeitada três vezes em Assembleia, distancia o Tesouro Nacional do patamar histórico de equivalência às demais carreiras fazendárias, desalinhando as relações institucionais dentro do Ministério da Fazenda, desvalorizando a carreira, dificultando a retenção de quadros e enfraquecendo o Tesouro Nacional como instituição.

A carreira atua na formulação de políticas fiscais, na divulgação de informações para a sociedade, no zelo pela solidez fiscal dos entes da federação e pela responsabilidade fiscal, no cumprimento de obrigações constitucionais e legais, na padronização contábil do setor público, na gestão de sistemas vitais para o funcionamento da administração pública e ainda conduz, **de forma singular,** a gestão de:

(dados de 2023)

- R\$ 8,8 trilhões de estoque da dívida pública federal;
- R\$ 1,8 trilhão de títulos públicos emitidos, captando recursos para financiar políticas públicas e investimentos;
- R\$ 1,6 trilhão na Conta Única do Tesouro Nacional;
- R\$ 928 bilhões em Haveres da União;
- R\$ 516 bilhões nas participações da União em empresas;
- R\$ 384 bilhões de arrecadação via Guia de Recolhimento da União GRU e PagTesouro;
- R\$ 381 bilhões na execução de transferências aos entes da federação;
- R\$ 269 bilhões em garantias da União;
- R\$ 128 bilhões em poupança pública (Tesouro Direto);
- R\$ 50 bilhões em dividendos para a União;
- R\$ 22,7 bilhões na execução de subsídios e subvenções econômicas;
- R\$ 14,7 bilhões na execução de despesas de assunções e novações de dívidas do FCVS;
- R\$ 8,7 bilhões na execução de transferências especiais de emendas parlamentares, dentre outras.

A reforma que agrupa carreiras exclusivamente por remuneração, de forma incoerente com o discurso de agrupar equivalentes em termos de complexidade, responsabilidade e atratividade em relação ao setor privado<sup>1</sup>, evidencia a **enorme dissonância entre a proposta e a realidade do Tesouro.** 

O Tesouro atua conjuntamente em vários processos com RFB e PGFN, e isoladamente em processos de mesma ou maior complexidade e responsabilidade, muitas vezes com grandes riscos de ordem pessoal assumidos diariamente pelos servidores. Muitos desses processos não possuem paralelo nem no governo, nem no mercado, dado o papel central e crítico para a Administração Pública Federal.

O trabalho dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle impacta na solidez financeira da União e dos entes da federação, na sustentabilidade fiscal, na harmonia entre os Poderes, na confiança dos investidores e na credibilidade e estabilidade econômica do país. Trata-se de uma instituição que possui

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Reportagem do Valor Econômico de 03/04/2024 (<a href="https://valor.globo.com/brasil/concursos-publicos/post/2024/04/ideal-e-que-servidor-atinja-topo-da-carreira-em-20-anos-defende-dweck.ghtml">https://valor.globo.com/brasil/concursos-publicos/post/2024/04/ideal-e-que-servidor-atinja-topo-da-carreira-em-20-anos-defende-dweck.ghtml</a>).

papel fulcral no projeto de recuperar e manter o grau de investimento do país, tema tão relevante no momento e meta do atual governo.

Espera-se, com isso, que, como outras carreiras, se possa negociar de fato uma tabela específica de subsídio condizente com o papel da carreira no âmbito do MF, corrigindo a injusta perda de equiparação histórica às carreiras fazendárias ocorrida com a incorporação dos honorários à PGFN e do bônus à RFB, ao invés de agravá-la de forma inaceitável e definitiva com o rebaixamento proposto.

Logo, espera-se a apresentação de uma proposta coerente com o discurso do MGI, que reconheça a importância e singularidade da Carreira de Finanças e Controle em termos de complexidade, responsabilidade e atratividade em relação ao setor privado, considerando: 1) remuneração salarial compatível com as demais carreiras fazendárias; 2) manutenção dos 13 níveis da tabela remuneratória; e 3) concessão de nível superior para o ingresso no cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle.

Respeitosamente,

Brasília-DF, 09/10/2024.

Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle da STN

### ANEXO I

# RISCOS ASSOCIADOS À EVENTUAL PARALISAÇÃO TOTAL DO TESOURO NACIONAL

O futuro comprometimento da qualidade dos quadros da instituição, com a perda de atratividade e dificuldade de retenção dos servidores, o prejuízo já provocado pela ausência de reposição nos últimos dez anos, a presente perda de servidores altamente qualificados e responsáveis por processos críticos, associados à ameaça de loteamento de cargos por pessoas que desconhecem a complexidade dos referidos processos, representam **enorme risco à União**, podendo afetar a enorme credibilidade e confiança no trabalho realizado pela instituição.

Em específico, a depender do nível de deterioração dos quadros do Tesouro Nacional, identificam-se riscos à União de:

- 1. crime de responsabilidade de agentes políticos
- 2. não pagamento de transferências constitucionais e legais aos entes
- 3. crise política entre a União e os entes
- 4. crise política entre o Governo Federal e o Congresso Nacional
- 5. comprometimento das finanças e solvência dos entes
- 6. interrupção na concessão de subsídios e subvenções econômicas
- 7. interrupção de programas (Proagro, Pronaf, Pronampe, Plano Safra)
- 8. default da dívida
- 9. interrupção na formação de poupança pública (Tesouro Direto)
- 10. abalar a confiança de investidores
- 11. afetar a confiança nas instituições e credibilidade do país
- 12. infração administrativa de agentes públicos contra as finanças públicas
- 13. liquidez de caixa impactando o sistema financeiro nacional
- 14. interrupção de pagamentos e recebimentos do Governo Federal
- 15. redução da transparência pública
- 16. atraso na entrega de serviços e produtos à sociedade
- 17. financiamento das políticas públicas
- 18. descumprimento de decisões judiciais
- 19. continuidade e gestão de sistemas estruturantes (Siafi, Siconfi, CAUC, SAHEM, SADIPEM, SID, etc.)
- 20. incidentes de cibersegurança que afetem infraestrutura e serviços do Tesouro Nacional
- 21. interrupção na construção de teses e subsídios para defesa da União
- 22. perda de eficiência na administração de haveres da União
- 23. perda de eficiência na gestão das participações societárias da União

### **ANEXO II**

## **ALGUNS DOS VALORES GERIDOS PELO TESOURO NACIONAL EM 2023**

Gestão da Dívida Pública Interna e Externa Emissões de Títulos Públicos Gestão da Conta Única do Tesouro Nacional Gestão de Ativos Haveres da União

R\$ 8,8 tri



R\$ 1,8 tri



R\$ 1,6 tri



R\$ 928 bi



Controle da
Participação
nas Empresas
Estatais

Gestão da Arrecadação por GRU Transferências Constitucionais, Legais e Apoio aos Entes Gestão de Garantias da União

R\$ 516 bi



R\$ 384 bi



R\$ 381 bi



R\$ 269 bi



Tesouro Direto
Poupança pública
e Educação
Financeira

Gestão de Dividendos das Empresas Estatais Operações Fiscais de Subsídios e Subvenções Econômicas Emendas Impositivas Transferências Especiais

R\$ 128 bi



R\$ 50 bi



R\$ 22,7 bi



R\$ 8,7 bi

